

APRESENTAÇÃO

A Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina (Esmesc) dedica-se à formação de futuros magistrados e ao aperfeiçoamento profissional. Reconhecida como curso de preparação para ingresso na carreira da magistratura pelo parágrafo único do art. 83 da Constituição Estadual, a Esmesc combina o ensino de conteúdos jurídicos com a discussão de temas atuais e emergentes resultantes do dinamismo da sociedade, disseminados também em produção científica.

Nos seus 33 anos de história, a Esmesc tem o objetivo de contribuir para a formação do novo perfil do magistrado, com conhecimentos que vão muito além daqueles que integram as matrizes curriculares dos cursos de Direito, como a capacidade reflexiva, a ampla competência em gestão e processos, a atenção às consequências sociais econômicas da decisão e a habilidade para mediar e conciliar as partes, promovendo a pacificação social.

É com enorme satisfação que se apresenta a edição n. 32 da Revista da ESMESC à comunidade jurídica. Esta edição reúne a produção intelectual do trabalho de magistrados, alunos, ex-alunos e colaboradores, também disponível em formato eletrônico no site da Escola.

Abre esta edição o artigo do juiz de direito Leandro Ernani Freitag, que trata sobre os requisitos de validade da convenção processual sobre o ônus da prova e sobre as consequências advindas do reconhecimento, pelo juiz, de sua invalidade.

Em artigo conjunto intitulado “A execução provisória da

pena sob a ótica do ativismo judicial”, o juiz de direito Bruno Makowiecky Salles e a estudante Lívia Bortolotto Cardoso tratam do tema abordando o assunto sob o prisma doutrinário e jurisprudencial, haja vista a divergência acerca da possibilidade de execução provisória da pena antes do trânsito em julgado da decisão condenatória.

Dentre os artigos enviados pelos alunos da Escola, Estér Corrêa Coelho versa sobre a possibilidade de reconhecimento da qualificadora do feminicídio em face da presença de outra qualificadora subjetiva no crime de homicídio.

A recusa à realização de transfusão de sangue por pacientes testemunhas de Jeová, o conflito dos direitos fundamentais sob a ótica do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana é o tema tratado no artigo da aluna Gaby Vicentini Elias e o advogado Fernando Pavei.

Ainda entre os artigos enviados pelos discentes, Débora Motta apresenta tema bastante atual sobre a admissibilidade da quebra do sigilo do WhatsApp na investigação criminal à luz do princípio da privacidade.

Em outro artigo, Taianara Nardelli examina se o depoimento especial é eficaz na busca pela proteção à integridade psicológica de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.

A responsabilidade civil do estado em decorrência de erro médico nas cirurgias estéticas reparadoras realizada pelo Sistema Único de Saúde é o texto de Milena Carolini da Silva, em que objetiva a análise de qual é a responsabilidade a que estão sujeitos o Estado e seus agentes.

A bacharela em Direito Isabel Helena Almeida de Albuquerque, em seu artigo, questiona a legalidade da contratação direta por meio da Administração Pública e, ainda, se ela está inserida nos princípios que a regem.

Na área do Direito de Família, o artigo a volatilidade dos relacionamentos familiares e a prática da alienação parental, analisa a omissão legislativa de tutela preventiva-inibitória, das autoras Mariana Serafim Zanette e Sheila Martignago Saleh.

Na seara de Direitos Reais, a aluna Ana Paula Corrêa e a ex-aluna Ruth Estevão de Jesus versam sobre o direito real de laje, este recentemente instituído no ordenamento jurídico brasileiro como política pública à regularização fundiária.

“A intervenção humanitária versus soberania: a relativização do princípio da não intervenção para fins de proteção dos direitos humanos” é o artigo de Carla Patrícia Finatto, ex-aluna da Esmesc.

Ainda, a estudiosa Gabriela Zucatti Büttner escreve sobre a penhora de valores, a aplicabilidade do sistema perante o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana.

O ex-aluno da Esmesc, pesquisador Marco Vicente Dotto Köhler, em seu artigo aborda sobre a insegurança jurídica na jurisdição constitucional do Supremo Tribunal Federal, expõe o protagonismo do Poder Judiciário no estado democrático de direito, a judicialização da política, ativismo e autorrestrrição judicial.

Maria Victória Jaeger Gubert, ex-aluna, apresenta artigo tratando dos reflexos da operação “Mãos Limpas”, na Itália nos anos 90, e do caso “Tortora” na colaboração premiada brasileira. O artigo expõe análise dos ordenamentos jurídicos brasileiro e italiano, os quais, embora geograficamente distantes, são muito semelhantes entre si, em especial duas das maiores operações contra a corrupção desenvolvidas no mundo.

Para o fechamento da edição, a colaboração externa fica com tema da atualidade, o direito à privacidade na lei geral de

proteção de dados pessoais, de Gisele Primo Carvalho e Tainá Fernanda Pedrini.

No ensejo, cumpre salientar que todos os artigos foram selecionados por avaliação às cegas realizada pelo qualificado Conselho Editorial, representantes de instituições acadêmicas e integrantes de escolas judiciais de outros Estados da Federação, a quem se reconhece a importante colaboração.

Rudson Marcos

Diretor-Geral da Esmesc